

PERSPECTIVAS DA METODOLOGIA DA EAD PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tânia Regina da Rocha Unglaub (CEAD/UEDESC – email: taniaunglaub@gmail.com)

Roselaine Ripa (CEAD/UEDESC – email: roselaineripa@gmail.com)

Grupo Temático 6. Educação e tecnologias: formação e atuação de educadores/profissionais

Subgrupo 6.1 Conhecimentos e práticas: aprendizagem da docência e desenvolvimento profissional

Resumo:

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a relevância dos princípios metodológicos da Educação a Distância para a prática pedagógica na educação básica. Os argumentos sobre metodologia da EAD são norteados por Filatro (2009). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, organizada em três partes. A primeira analisa o desenvolvimento histórico da criação da EAD. A segunda destaca a importância das metodologias da EAD na formação inicial dos professores no currículo do curso de Pedagogia. A terceira apresenta as contribuições dessa área para a prática pedagógica na Educação Básica. Conclui-se que os estudos sobre EAD podem contribuir para estabelecer uma nova relação com o saber, utilizando estratégias pedagógicas adequadas ao perfil de uma geração denominada “nativos digitais”.

Palavras-chave: Educação a Distância. Metodologia da EAD. Formação de professores. Educandos nativos digitais. Educação básica.

Abstract:

This paper presents some reflections on the significance of the methodological principles of distance education for pedagogical practice in primary education. The arguments about methodology of DE are guided by Filatro (2009). This is a literature search, organized into three parts. The first examines the historical development of the creation of DE. The second highlights the importance of the methodologies of DE in initial teacher education in the curriculum of pedagogy. The third presents the contributions of this area for pedagogical practice in Basic Education. It is concluded that studies on DE can help to establish a new relationship with knowledge, using the appropriate pedagogical strategies for a generation called "digital natives".

Keywords: Distance Education. Methodology of DE. Teacher education. Digital native learners. Basic education

1. Introdução

A educação a distância no Brasil tem se expandido significativamente nos últimos anos. Atualmente, segundo o Censo da Educação Superior de 2010, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC (INEP), mais da metade dos estudantes matriculados no curso de pedagogia, o fazem na modalidade à distância. O censo aponta que 55% dos professores de Educação Infantil e Fundamental I concluíram o curso de Pedagogia em 2009, na modalidade a distância, contra 45% egressos da educação presencial. Esse resultado aponta uma tendência histórica cultural, na área acadêmica

iniciada neste século XXI.

Por isso, este trabalho se apresenta como uma reflexão sobre as contribuições dos estudos da área de metodologia da Educação a Distância na formação inicial do pedagogo e abre a discussão sobre a apropriação de seus recursos metodológicos com vistas à sua aplicabilidade na educação básica. A organização desta comunicação científica dividiu a temática em três partes a fim de permitir uma análise estruturada do tema.

O objetivo da primeira parte foi situar a EAD no contexto histórico da educação, possibilitando visualizar os passos dados na consolidação dessa modalidade de ensino. São apresentados inclusive os primórdios internacionais do ensino fora dos limites da sala de aula, passando depois pelos decretos, que tornaram oficial a educação a distância em nosso país. Buscou-se com isso situar a formação da UAB, tanto em seu marco histórico quanto em seu papel na formação de professores na perspectiva da EAD. Importa lembrar que a UAB hoje centraliza o apoio governamental a essa modalidade educativa.

Na segunda parte, são apresentados os princípios metodológicos da EAD fundamentados em Filatro(2009). Identificam-se as disciplinas características dessa modalidade educativa no currículo do curso de Pedagogia a distância, destacando a importância dos estudos envolvendo os fundamentos, a didática e as metodologias da EAD na formação inicial dos professores. Para contribuir com a análise, utilizamos como exemplo o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia a Distância da UDESC.

A terceira parte sistematiza os estudos de Assumpção (2012), Giraffa (2013), Prado (2005), Prensky (2001) e Lévy (2010) para discutir as contribuições dos estudos sobre a EAD na prática pedagógica da Educação Básica. Visualizam-se assim as possibilidades que se abrem aos pedagogos desse nível de educação para ampliarem sua mediação no processo de ensino aprendizagem através da metodologia da educação a distância.

2. Análise dos marcos históricos da EAD

A comunicação educativa visando a aprendizagem de discípulos fisicamente distantes encontra suas origens no intercâmbio de mensagens escritas, desde a Antiguidade, inicialmente na Grécia e, depois, em Roma, conforme comentado por Saraiva (1996). Ele afirma que: “às cartas comunicando informações sobre o cotidiano pessoal e coletivo juntam-se as que transmitiam informações científicas e aquelas que, intencional e deliberadamente, destinavam-se à instrução” (1996, p. 18). Tal propósito é percebido no Cristianismo nascente e, atravessando os séculos, se desenvolve nos períodos do Humanismo e do Iluminismo. O mesmo autor cita uma pesquisa realizada pelo professor Francisco José Silveira Lobo Neto, que traz como primeiro marco da educação a distância, um anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips: “Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston”. (SARAIVA, 1996, p. 17)

Apesar de outros anúncios como esse serem observados nos documentos históricos, o desenvolvimento de uma ação institucionalizada de educação a distância tem início apenas a partir da metade do século XIX. Saraiva (1996) cita algumas dessas iniciativas destacando a primeira escola de línguas por correspondência, em 1856, em Berlim, por iniciativa de Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt. Conforme destaca a autora, adentrando o século XX, observa-se um movimento contínuo de consolidação e expansão da educação a

distância, o que confirmaria as palavras de William Harper, reitor da Universidade de Chicago, que criou em 1892 uma Divisão de Ensino por Correspondência: “Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais;...”

Sendo assim, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e informação determinou os destinos da educação a distância, produzindo uma modalidade de educação com potencial para efetivar a universalização e democratização do acesso a escolarização em diversos níveis de ensino, aperfeiçoamento profissional, ampliação, considerando as questões de demanda, tempo e espaço.

A distância entre os professores e alunos, segundo alguns estudiosos da área, tende a ser diminuída com a interação que as TIC's possibilitaram nas últimas décadas, contribuindo para que a conquista de um título seja compatível com os saberes construídos ao longo do curso. “A utilização de novas tecnologias propicia a ampliação e a diversificação dos programas, permitindo a interação quase presencial entre professores e alunos. Mas seja qual for a tecnologia adotada, a EAD terá que ter, sempre, uma finalidade educativa” (SARAIVA, 1996, p.19).

No Brasil, considera-se como marco inicial da EAD a criação, por Roquete-Pinto, entre 1922 e 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação (SARAIVA, 1996, p. 19). A partir da década de 1960 encontram-se registros de programas de EAD e a criação, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, do Programa Nacional de Teleeducação (Prontel), que tinha como função coordenar e apoiar a teleeducação no território brasileiro. Esse programa foi substituído pela Secretaria de Aplicação Tecnológica, extinta posteriormente.

Em 1992, o MEC institui a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância e, em parceria com o Ministério das Comunicações (MC), a partir de 1993, observam-se as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, para a criação, através do Decreto nº 1.237, de 6/9/94, do Sistema Nacional de Educação a Distância. Em 1995, o governo federal cria uma Subsecretaria de EAD, no âmbito da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Em 1996 foi instituída, na estrutura do MEC, a Secretaria de Educação a Distância (SEED).

Considerando os marcos que se referem às bases legais (BARRETO, 2010), o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como um dos objetivos e metas: “Iniciar, logo após a aprovação do Plano, a oferta de cursos a distância, em nível superior, especialmente na área de formação de professores para a educação básica”. Durante a tramitação do PNE, a SEED discutia a concretização de “(...) um sistema tecnológico – cada vez mais barato, acessível e de manuseio mais simples – capaz de operar as transformações pretendidas, na perspectiva de levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira”. No mesmo período, a LDB reforça esses objetivos com o art. 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Apenas nove anos mais tarde houve a regulamentação desse artigo 80 da LDB, através do Decreto 5.622/05 possibilitando a legalização dessa modalidade de ensino. No ano seguinte, através do decreto 5.800/06, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado ao desenvolvimento da modalidade de ensino a distância, com a

consequente oferta de cursos e programas de educação superior no país.

Barreto (2010, p. 39) destaca que a UAB foi primeiramente inscrita na SEED, ampliando exponencialmente os polos nos diferentes Estados e que, com a promulgação, em 2007, da Lei nº 11.502, reestruturando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a UAB passa a ser inscrita na “nova” Capes, “(...) um movimento que remeteu à atribuição de uma espécie de selo de qualidade, na medida da experiência acumulada na área de avaliação da pós-graduação” (BARRETO, 2010, p. 39).

O Sistema UAB está ancorado em cinco eixos fundamentais: expansão pública da educação superior; aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior; avaliação da educação superior a distância; estímulo à investigação em educação superior a distância no país; financiamento dos processo de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

É importante ressaltar que não há um único modelo de educação a distância. A partir dos Referenciais de Qualidade da EAD do MEC (2007), as instituições podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. É nessa configuração que a discussão sobre a EAD pode ser ampliada de forma a contribuir para a formação inicial de professores que atuam na Educação Básica.

3. Perspectivas da metodologia da EAD para a formação do pedagogo

Uma das características mais marcantes da Educação a Distância é a separação física entre o professor e os alunos durante a maior parte do tempo. Porém, o avanço de novas linguagens, mediada por tecnologias digitais, trouxe possibilidades que rompem as barreiras do espaço físico. Nesse sentido, Benjamin (2003) entrevê o surgimento de uma nova maneira de se expressar, que se formou no bojo dos dispositivos comunicacionais trazidos pelas tecnologias digitais, que remodelaram a apreensão e a socialização do conhecimento. São as linguagens que suportam os sentidos dados às mensagens trocadas nos processos comunicativos. É por meio delas que apreendemos o mundo, pois favorecem o diálogo, que é um dos princípios da comunicação humana, o qual possibilita a manifestação de emoções, a troca de conhecimentos, construção de reflexões e novos saberes.

Por isso, o uso das tecnologias digitais se apresenta como uma alternativa válida para a melhoria da formação e aprendizagem das competências básicas profissionais e cidadãs. Sua utilização permite aos seus usuários se integrarem e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e equitativa na medida em que se inserem de modo crítico, participativo, criativo e protagonista. Isso se torna possível devido às características intrínsecas das TIC's atuais com formato interativo.

O objetivo principal do processo educativo regular é a efetiva aprendizagem dos alunos; na EAD não é diferente. Entretanto, devido às características próprias dessa modalidade de ensino, para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça é necessário haver uma metodologia apropriada, que proporcione um ambiente favorável à participação efetiva dos alunos nas atividades propostas. Métodos adequados de ensino a distância contemplam o aluno presente virtualmente no espaço cibernético e o consideram como indivíduo completo/complexo (cognição/emoção).

Nesse caso, para que a construção do conhecimento em EAD se torne funcional e apresente resultados positivos, é importante para o educando apropriar-se dos saberes que

fazem parte da área da educação a distância, bem como conhecer a forma através da qual se processa o ensino aprendizagem à distância.

Filatro (2009, p. 96; 98) categoriza as teorias metodológicas fundamentais da EAD em três perspectivas dominantes que se apoiam em premissas diferenciadas sobre o que significa aprender e ensinar. Elas são:

- a) **Perspectiva Associacionista:** Considera a aprendizagem como mudanças de comportamento que possam ser observadas e mensuradas, obtidas das respostas a estímulos externos. Preocupa-se em enfatizar a aprendizagem ativa na qual o aluno aprende fazendo, e não apenas ouvindo. Prevê uma análise cuidadosa e *feedback* imediato dos resultados. Há ainda o alinhamento de objetivos de aprendizagem, estratégias instrucionais e métodos de avaliação. Tem como principais teóricos Gagné e Skinner.
- b) **Perspectiva Cognitiva:** Nessa perspectiva estão incluídas as teorias construtivistas e socioconstrutivistas, que veem a aprendizagem como alcance da compreensão. Por isso o cognitivismo preocupa-se em observar cientificamente a forma com que se aprende, minimizando os fatores externos ao aluno como o ambiente ou as pessoas. Se demora na análise dos processos internos de percepção, representação, armazenamento e recuperação de conhecimentos. Nota-se a forte influência de Piaget nessa perspectiva que incorpora ainda os pensamentos de Bruner.
- c) **Perspectiva Situada:** Entende a aprendizagem como prática social. Nessa perspectiva aprender é muito mais do que a ação individual de obter informação a partir de um corpo de conhecimentos. É um fenômeno social, um processo dialético que envolve interagir com outras pessoas, ferramentas, e o mundo físico que existe dentro de um contexto histórico com significados. A aprendizagem é tida como uma atividade inerentemente social, na qual o diálogo cooperativo permite que os participantes experimentem similaridades e diferenças entre vários pontos de vista. Nessa perspectiva o educando sempre estará sujeito às influências dos ambientes social e cultural em que a aprendizagem ocorre, o que também define pelo menos parcialmente sua aprendizagem. Segundo os pressupostos dessa perspectiva a própria identidade de um aluno é moldada por seu relacionamento e pertencimento a uma comunidade de prática. Os nomes de Lave e Wenger se destacam nessa teoria.

Para Filatro (2008), a teoria da Perspectiva Pedagógica Situada prevê que as pessoas aprendem ao participar de comunidades de prática requerendo observação, reflexão e “participação periférica” legítima e apreensão de habilidades enfatizando o contexto social na aprendizagem.

A concepção da Sala de Aula Interativa, defendida por Silva (2011) está em sintonia com a Perspectiva Pedagógica Situada. Ampara-se, entretanto, na teoria da comunicação encontrada na complexidade da informática, do ciberespaço, na arte digital. Os pilares dessa concepção são basicamente:

- a) Participação-intervenção, considerando que o “participar não é apenas responder “sim” ou “não” ou escolher um opção dada, mas significa modificar a mensagem” (2011, p. 13) .
- b) Bidirecionalidade-hibridação, que ocorre quando a comunicação é produção conjunta da emissão e da recepção, é co-criação; os dois polos codificam e decodificam;
- c) Permutabilidade-potencialidade, no momento em que a comunicação supõe múltiplas redes articulatórias de conexões e liberdade de trocas, associações e significações.

Uma proposta de educação interativa, nesse sentido, abre espaço para o exercício da participação genuína, que possibilita ao educando fazer parte da construção do conhecimento como autor e coautor de seu processo de aprendizagem.

Importa notar que as teorias mencionadas e seus desdobramentos convergem na mesma direção, no sentido de orientar a observação, reflexão, participação e interação.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) trabalha nesta direção, buscando orientar a observação, reflexão, participação e interação mediada pelas ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem (AVA - Moodle). Este curso de Pedagogia a Distância tem como objetivo:

(...) proporcionar a formação inicial para o exercício da docência, prioritariamente na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase ao uso das tecnologias da informação e da comunicação, numa perspectiva crítico-social que subsidie atuações transformadoras com vistas à melhoria do Sistema Educacional Brasileiro. (UDESC/PPC Pedagogia a Distância, 2009, p.5)

A organização curricular desse curso de Pedagogia a Distância é composta por dois núcleos, que são: Núcleo de Conteúdos Básicos e o Núcleo de Conteúdos de aprofundamento e atuação profissional. Como parte do Núcleo de Conteúdos Básicos consta na grade curricular a disciplina de Fundamentos da Educação a Distância, com 54 créditos. Essa disciplina apresenta os conceitos fundamentais da educação a distância, bem como os sistemas de educação a distância. No Núcleo de Conteúdos de Aprofundamento e Atuação Profissional constam as disciplinas de Metodologia de Educação a Distância I e II e Didática da Educação a Distância. A Didática da EAD visa a compreensão e a aquisição dos Processos de Comunicação e docência na EAD. E as disciplinas Metodologia da Educação a Distância I e II permite ao educando compreender as características e concepções das teorias metodológicas, inseridas nessa modalidade de ensino. As disciplinas curriculares mencionadas foram destacadas porque contemplam os saberes específicos à forma de ensino aprendizagem características da EAD.

6

4. Possibilidades da utilização da metodologia da EAD na educação básica

Os estudos sobre a educação a distância, introduzidos na formação inicial do pedagogo através de componentes curriculares que ampliem as discussões sobre as potencialidades da EAD para o processo de ensino e aprendizagem, podem contribuir para a formação de um profissional que utilize estratégias pedagógicas na Educação Básica adequadas ao perfil de uma geração denominada “nativos digitais” (PRENSKY, 2001).

Nativos digitais são os que nasceram nas últimas décadas e já encontraram a *internet*, os *videogames*, os celulares e, por isso mesmo, é muito fácil para eles crescerem dominando essa tecnologia. Já os imigrantes digitais são os que nasceram, aprenderam e foram formados em um mundo analógico; conseqüentemente, precisaram de alfabetização digital. Os imigrantes digitais tendem a ter “sotaque”, mais ou menos acentuado, e, no caso da escola, “(...) a linguagem pré-digital dos professores já não atinge mais o aluno nativo digital” (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 156).

O ambiente escolar continua trabalhando de forma oposta às características observadas nos nativos digitais, pois estes alunos preferem “(...) receber a informação muito rapidamente, não passo a passo; a imagem vem antes do texto; a aprendizagem é não linear (hipertextual), gostam de trabalhar conectados; preferem gratificações instantâneas; adoram jogar” (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 156). Neste sentido, podemos afirmar que a educação escolar ainda não ultrapassou a educação bancária denunciada há várias décadas por Paulo Freire.

As terminologias “nativos” e “imigrantes” digitais foram utilizadas para que os profissionais da educação comesçassem a reconhecer que havia um novo contexto, gerado pela propagação das novas tecnologias na sociedade, que precisava ser incorporado também pela escola. De acordo com Giraffa (2013, p. 101),

Prensky no seu artigo de 2001 buscava chamar atenção da comunidade educacional, especialmente professores e gestores escolares, da necessidade de se considerar que o contexto mudou e criticava a resistência para aceitar as mudanças de comportamento dos alunos e a necessidade de se considerar a urgência em renovar e/ou criar metodologias que permitam aos nativos digitais serem desafiados a aprender e a serem protagonistas ativos da sua formação.

De acordo com Giraffa (2013), estes estudos sobre os nativos digitais nos convidam a compreender os comportamentos dos alunos e a criar formas de comunicação e interação entre os professores e os alunos, bem como contribuem para mobilizar a equipe escolar para planejar o processo de ensino e aprendizagem considerando as demandas atuais.

Porém, não basta incluir as tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Prado (2005), as implicações do uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem precisam ser bem compreendidas para que possam ser integradas à prática pedagógica. Muitas vezes, essa integração é vista de forma equivocada, e a tecnologia acaba sendo incorporada por meio de uma disciplina com o objetivo de instrumentalizar o aluno para a sua utilização, como nas denominadas “aulas de informática”. Outras vezes, é agregada a uma área específica, como, por exemplo, nas disciplinas da área de exatas. O autor ressalta, ainda, “(...) a importância de a tecnologia ser incorporada à sala de aula, à escola, à vida e à sociedade, tendo em vista a construção de uma cidadania democrática, participativa e responsável” (PRADO, 2005, p. 55).

Para Duart e Sangrá (2000), os recursos multimídia permitem a integração dos diversos atores do processo educativo, enquanto os meios criam as condições necessárias para a comunicação diferida no espaço e no tempo, entre os conteúdos e as diferentes realidades dos alunos. É nesse sentido, que os estudos sobre as Metodologias da EAD, os Fundamentos da EAD e a Didática da EAD, no currículo do curso de Pedagogia, podem contribuir para a formação do professor da atualidade, pois leva a reflexão crítica sobre metodologias de trabalho docente mediado pelas tecnologias digitais. Afinal, os recursos de tecnologias digitais apresentam um já indiscutível potencial no processo de ensino e de aprendizagem em que *video games* (SINGER; SINGER, 2007), celulares, computadores, redes sociais, entre outros, enriquecem as práticas pedagógicas além do que era possível conceber para o lápis, o livro impresso e o programa de televisão gravado e assistido em classe. Atualmente é também necessária uma alfabetização corporal, pois simuladores de realidade virtual exigem mudanças posturais, para jogar no WII precisamos nos movimentar. Convivemos com sensações digitais (HILLIS, 2004).

Neste sentido, espera-se que uma escola ‘sintonizada’ com seu tempo se preocupe em oferecer ambientes enriquecidos para atender a diversos estilos de aprendizagem (PUPO; TORRES, 2009), promover a cooperação e colaboração que combinam o trabalho individual com o coletivo no sentido de promover a capacidade de processar e criticar novos conhecimentos tomando decisões e assumindo responsabilidades perante e com outros. Além disso, aproveitando as diferenças das potencialidades educativas, de linguagem e de manejo, extinguem-se, ou reduzem-se, diferenças de capacidades, habilidades ou mesmo de capital cultural entre os alunos, uma vez que existiriam possibilidades de desafiar, integrar, valorar, organizar, experimentar e construir o conhecimento por meio de diversas situações (SALGADO, 2009). Aqui, o professor tem sua prática pedagógica desafiada, não apenas em dominar equipamentos e dispositivos de comunicação, mas para que o processo pedagógico possibilite a crítica e a criatividade (SANCHO, 2006). A maior dificuldade, segundo Kenski (2007), é integrar as tecnologias digitais de modo produtivo na escola e na prática do professor.

Para que a introdução das tecnologias no ambiente escolar se efetive, é fundamental que os profissionais da educação conheçam as especificidades, potencialidades e limitações pedagógicas das diferentes tecnologias para que possam planejar o seu uso no processo de ensino e aprendizagem. Este seria o papel do professor: deixar de ser o repetidor de informações prontas para assumir o papel de mediador, incentivando os alunos que buscam o resultado pronto, fácil, imediato e que apenas “recortam e colam” a saber perguntar, comparar textos com visões diferentes, enfocar questões importantes, ter critérios para pesquisar e avaliar informações.

Assumpção (2012) destaca algumas preocupações sobre a influência da tecnologia no ensino fundamental, apresentando autores que ressaltam as contribuições do uso da internet nas escolas, por exemplo, e outros pesquisadores (Jane Healy, Alan November, Sherry Turkle e Larry Cuban) que irão discutir os perigos de usar certas tecnologias desde muito cedo. De acordo com Assumpção (2012, p.157), ao mesmo tempo em que os alunos estão prontos para trabalhar *on-line*, pois têm familiaridade com as ferramentas, esse ensino “(...) não deve ser desvinculado de valores, aproveitando-se o próprio ambiente para ensinar a lidar bem com a convivência no meio virtual”.

É neste contexto que os estudos sobre a EAD na formação inicial do pedagogo podem contribuir para ajudar esses profissionais da educação a introduzir as tecnologias a favor da aprendizagem na Educação Básica. Para isso, podemos recorrer aos estudos de Lévy (2010) sobre a nova relação com o saber. O autor argumenta que são necessárias duas grandes reformas nos sistemas de educação e formação.

A primeira reforma refere-se a uma “(...) aclimatação dos dispositivos e do espírito da EAD (ensino aberto e a distância) ao cotidiano e dia a dia da educação” (LÉVY, 2010, p. 160). Suas contribuições ultrapassariam a modalidade da EAD para contribuir com as demais modalidades de ensino. Além de explorar os recursos tecnológicos, *hipermídias*, redes de comunicação interativas e tecnologias intelectuais da cibercultura, tal como Lévy (2010) afirma, a EAD pode contribuir para discutir, nas palavras do autor, um “novo estilo de pedagogia”, que tende a favorecer as aprendizagens personalizadas e coletivas em rede. Neste caso, o professor poderá assumir o papel de “(...) animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos” (Lévy, 2010, p. 160).

Para caracterizar a segunda reforma, Lévy (2010) ressalta a importância do reconhecimento das experiências adquiridas. As instituições escolares perderam o

monopólio da criação e transmissão do conhecimento, se considerarmos que as pessoas aprendem com suas atividades sociais e profissionais. Nesse sentido, segundo Lévy (2010, p. 160), “os sistemas públicos de educação podem ao menos tomar para si a nova missão de orientar os percursos individuais no saber e de contribuir para o reconhecimento dos conjuntos de saberes pertencentes às pessoas, aí incluídos saberes não acadêmicos”. Essa iniciativa contribuiria para a implantação de comunidades de aprendizagem em rede e uma nova economia do conhecimento, tal como afirma Lévy (2010).

Nessa nova relação com o saber, importa evitar que os estudos sobre EAD impulsionem e reforcem práticas pedagógicas cujos processos de ensino impeçam a formação de indivíduos críticos, reflexivos e autônomos. Sendo assim, precisamos utilizar as contribuições dos estudos da EAD para discutir o processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica, provocando práticas pedagógicas transformadoras, nas quais educadores e educandos consigam adquirir os conhecimentos acumulados pela humanidade e realizar uma leitura crítica do mundo.

5. Considerações finais

A educação a distância se constituiu como modalidade de ensino a partir da publicação da LDB nº 9394/96. Porém, é possível reconhecer que os marcos históricos revelam iniciativas de educação a distância desde a antiguidade. Atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a educação a distância tem sido identificada como possibilidade de garantir o acesso e a democratização da educação escolar e utilizada para oferecer a formação inicial e continuada de professores.

Com isso, os estudos sobre a área da EAD, envolvendo seus fundamentos, didática e metodologia, têm se ampliado e integrado os cursos de formação inicial de professores, como é o caso do curso de Pedagogia oferecido pela UDESC.

A partir das contribuições de autores como Assumpção (2012), Giraffa (2013), Prado (2005), Prensky (2001) e Lévy (2010), pode-se considerar que, no contexto atual, os estudos sobre EAD, com suas especificidades e potencialidades, podem contribuir para a transformação da prática pedagógica. Isto somente ocorrerá se junto com a introdução das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) nas propostas pedagógicas haja uma abordagem diferenciada na formação de professores que os habilite a estabelecer uma nova relação com o saber, acolhendo as necessidades dos “nativos digitais”.

Nesse sentido, os estudos sobre a educação a distância, com suas especificidades e potencialidades, podem contribuir para que a mediação pedagógica da Educação Básica ultrapasse a transmissão de informações prontas. Importa, entretanto, observar que mesmo com a utilização das TDIC's há o risco de se manter metodologias que tendem a não contribuir para a efetivação de uma aprendizagem significativa e dialógica.

Sendo assim, além do acesso às TDIC's, é necessário efetivar uma nova concepção do processo de ensino e aprendizagem, que envolva um renovado olhar sobre a formação dos profissionais da educação, o currículo, a participação na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, dentre outros âmbitos. Com este propósito, os estudos sobre a EAD podem contribuir também para as discussões envolvendo outras modalidades de ensino a favor da aprendizagem.

A formação do professor é construída continuamente por várias experiências que se entrelaçam; entre elas encontra-se a formação inicial. O pedagogo que realiza sua formação

9

inicial pela modalidade da EAD, com a arquitetura pedagógica dialógica e interativa, constrói conhecimentos metodológicos da EAD e adquire competências para trabalhar com as tecnologias digitais, as quais o habilitam a mediar o processo de ensino aprendizagem de forma dialógica e interativa. Estas teias entrelaçadas constroem seu fazer pedagógico. Diante dessa premissa, consideramos que o processo de ensino da Educação Básica pode ser enriquecido por pedagogos que adquiriram essas competências preconizadas pela metodologia da perspectiva situada da EAD.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, C. M. O público infantil e juvenil e a EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. 2ª ed., v. 02. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

BARRETO, Raquel Goulart. Configuração da política nacional de formação de professores a distância. **Em Aberto**. Brasília, v. 23, n. 84, nov. 2010.

BENJAMIN, W. **La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica**. México: Ed. Itaca, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. Agosto de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em: 10 mai. 2014.

DUART, J. M.; SANGRA, A. **Aprender en la virtualidad**. Barcelona: Gedisa, 2000.

GIRAFFA, L. M. M. Jornada nas Escol@s: A nova geração de professores e alunos. **Revista Tecnologias, sociedade e conhecimento**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 100-118, nov. 2013. [online]. Disponível em: <<http://www.nied.unicamp.br/ojs/index.php/tsc/article/view/112/100>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

HILLIS, K. **Tecnologias da realidade virtual: elementos para uma geografia da visão**. In *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n. 17, abril 2002, quadrimestral.

INEP. Censo da Educação Superior – 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior> Acesso em: 10 mai. 2013.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**. O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

PRADO, M. E. B. B. Articulações entre áreas de conhecimento e tecnologia. Articulando saberes e transformando a prática. In: ALMEIDA, M. E. B. de; MORAN, J. M. (Orgs.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação; SEED, 2005 (p. 54-58). Disponível em:

<http://tvescola.mec.gov.br/images/stories/publicacoes/salto_para_o_futuro/livro_salto_te_cnologias.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.

PRENSKY, M. *Digital Natives Digital Immigrants*. In: PRENSKY, M. On the Horizon. **NCB University Press**, V. 9, nº 5, October (2001). Disponível em <<http://www.marcprensky.com/writing/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

PUPO, E. A.; TORRES, E. O. Estilos de aprendizaje y sus modelos explicativos. In **Revista Estilos de Aprendizaje**. N. 4, Vol. 4. 2009.

SALGADO, C. P. **Las TIC**: una reflexión filosófica. Barcelona: Laertes, 2009.

SANCHO, J. M. **Tecnología para transformar la educación**. Madri: Akal, 2006.

SARAIVA, T. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**. Brasília, ano 16, n.7, abr./jun. 1996.

SINGER, G. D. SINGER, J. L. **Imaginação e jogos na era eletrônica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIERA, A. T.; ALMEIDA, M. E. B. de; ALONSO, M. (Orgs.). **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

UDESC. PPC – Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia a Distância, 2009. Disponível em: http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/942/ppc_pedagogia_a_distancia.pdf Acesso em: 10 mai. 2014.

1

1